

## **Secretário Rogério Gallo apresenta impactos da reforma tributária na Fecomércio-MT**

O presidente do Sistema Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, reuniu, na manhã desta segunda-feira (12), conselheiros e diretores da entidade, que também atuam no comércio e serviços da capital, para discutir os impactos da reforma tributária que tramita no Congresso Nacional. O secretário de estado de Fazenda (Sefaz-MT), Rogério Gallo, explanou sobre as consequências que a medida pode trazer para o estado com o aumento da carga tributária.

### **JB News**

O gestor público apresentou dados que comprovam a perda de arrecadação de Mato Grosso em torno de R\$ 7,8 bilhões no ano, beneficiando, assim, outras regiões do país.

“O que nos preocupa é o não compartilhamento de detalhes que a nova medida traz, como, por exemplo, a análise de impactos por setores. Tal situação impede que o governo do estado e a cadeia produtiva se organizem para contrapor às novas regras de tributação”, destacou ele, ao lembrar que o Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados apenas apresentou, em linhas gerais, as diretrizes da reforma.

Os principais pontos de mudança são a extinção de cinco tributos atuais (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) para a criação de outros dois (IBS – estados e municípios, e CBS – União), e a criação de um Imposto Seletivo (IS – também da União). A reforma visa alterar a tributação do local da produção para o local de consumo (bens e serviços).

O presidente da Federação também demonstra preocupação com o que pode vir desta nova medida. “Mato Grosso é um estado produtor. Com certeza, o estado vai perder em competitividade para outras regiões do país, afetando a geração de emprego e renda, o que acaba por diminuir, consequentemente, o desenvolvimento local, tanto dos empresários que aqui vivem quanto da população em geral”, acrescentou Wenceslau Júnior.

Gallo também lembrou da extinção dos benefícios fiscais que a reforma tributária propõe. “A vedação dessa medida vai inviabilizar nossos programas de desenvolvimento dentro do estado, retirando benefícios que incidem sobre o ICMS para o produtor. Os benefícios fiscais voltam, em sua grande maioria, com preços mais vantajosos para o consumidor final, descontos e outros incentivos a mais para a população local. Uma coisa é certa, com o fim dos incentivos fiscais, vamos perder a capacidade de fazer políticas de fomento à nossa produção, inviabilizando a vinda de novas empresas para Mato Grosso, onde saímos de 30 indústrias em 10 municípios em 2004 para mais de 1,4 mil indústrias em 2022”.

A empresária Lucimar Trindade Bigolin, que também participou da reunião, lembrou de outras reformas mais importantes que precisam ocorrer primeiro no país. “Todo brasileiro e empreendedor sabe que o que precisa

vir primeiro é uma reforma política, administrativa e, então, a reforma tributária. De que forma esse arcabouço fiscal vai atender aos anseios da população, com uma diminuição da carga tributária, se a máquina pública é a que mais penaliza a sociedade e não é alterada de jeito algum. Os políticos não querem discutir isso, pois tiram da própria carne, reduzindo seus próprios benefícios, que não são poucos”.